

À sombra de um mestre. Gilberto Freyre leitor de Euclides da Cunha

In the shade of a master. Gilberto Freyre reader of Euclides da Cunha

Fernando NICOLAZZI*

Resumo: Este ensaio procura elaborar uma relação entre dois intelectuais atuantes em um período fundante da historiografia brasileira durante as primeiras décadas do século XX: Euclides da Cunha e Gilberto Freyre. O eixo norteador do texto é o papel de Freyre como leitor de Euclides da Cunha, analisando a forma como a obra deste foi recebida por aquele. Defende-se a hipótese que a feitura do primeiro livro do autor pernambucano, *Casa-grande & senzala* (1933), foi fortemente marcada pelas características do livro maior de Euclides, *Os sertões* (1902).

Palavras-chave: Historiografia brasileira; Euclides da Cunha; Gilberto Freyre.

Abstract: This essay aims to establish a relationship between two active intellectuals in an important period of the Brazilian historiography during the first decades of the XX century: Euclides da Cunha and Gilberto Freyre. The guidelines of the text are the role of Freyre as a reader of Euclides da Cunha, analyzing how the work of the latter was received by the first. It is supported that the hypothesis of the making of the mentioned author's first book, *Casa-Grande & Senzala* (1933), was strongly marked by the characteristics of the greatest book by Euclides, *Os sertões* (1902).

Keywords: Brazilian historiography; Euclides da Cunha; Gilberto Freyre.

Euclides escreveu como um solene
erudito vitoriano, doublé de missionário
social; Gilberto, como um humanista
brincalhão, que terminou seus dias como um
sábio algo impudico [...]
José Guilherme Merquior
(MERQUIOR, 1990, p.348)¹

Os significados de *Os sertões*

Os sertões, livro publicado por Euclides da Cunha em 1902, ocupa na história intelectual do Brasil um lugar importante e imponente. Já foi sugerido, inclusive, um “momento Euclides” na cultura histórica brasileira, uma espécie de marco canônico que separaria um *antes* de um *depois*: o recorte, nem sempre tão evidente, seria entre a escrita literária e o discurso sociológico. Dois depoimentos sugerem o argumento. Para Florestan Fernandes,

a obra que marcou época e adquiriu uma significação típica foi [...] a de Euclides da Cunha [*Os sertões*, 1902], que se situa como o primeiro ensaio de descrição sociográfica e de interpretação histórico-geográfica do meio físico, dos tipos humanos e das condições de existência no Brasil. Com seus defeitos e limitações,

* Professor Doutor – Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História – UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto - Rua do Seminário, s/n – CEP: 35420-000, Mariana, Minas Gerais, Brasil. A pesquisa que originou este texto contou com financiamento da CAPES. E-mail: f.nicolazzi@hotmail.com

e apesar da ausência de intenção sociológica, essa obra possui o valor de verdadeiro marco. Ela divide o desenvolvimento teórico-social da sociologia no Brasil. Daí em diante, o pensamento sociológico pode ser considerado como uma técnica de consciência e de explicação do mundo, inserida no sistema sócio-cultural brasileiro (FERNANDES, 1977, p.35).

Antonio Candido, por sua vez, de forma mais contundente, salienta que, “livro posto entre a literatura e a sociologia naturalista, *Os sertões* assinalam um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira” (CANDIDO, 2000, p.122), o que não esconde a posição bastante crítica de Candido diante da obra de Euclides, considerada “típico exemplo da fusão, bem brasileira, de ciência mal digerida, ênfase oratória e intuições fulgurantes”. Ou seja, em meados do século XX, passados mais de cinquenta anos desde o seu aparecimento, os significados fundamentais de *Os sertões* eram estabelecidos no sentido da abertura de um novo espaço de atuação intelectual, qual seja, o advento das ciências sociais no Brasil.

Se tais leituras, feitas em um contexto distinto daquele da primeira edição do livro, ocuparam-se em ressaltar a porção sociológica da obra, a recepção imediata do texto euclidiano parece ter preferido exaltar sua dimensão literária, elogiando as inegáveis qualidades estilísticas do autor. Luiz Costa Lima e Regina Abreu já discorreram com vagar sobre essa primeira recepção de *Os sertões* (LIMA, 1997; ABREU, 1998). As palavras de Araripe Jr., por exemplo, publicadas em março de 1903, dão conta de ilustrar a proposição:

criticar esse trabalho, não é mais possível. A emoção por ele produzida neutralizou a função da crítica. E, de fato, ponderando depois calmamente o valor da obra, pareceu-me chegar à conclusão de que *Os sertões* são um livro admirável, que encontrará muito poucos, escritos no Brasil, que o emparelhem – único no seu gênero, se atender-se a que reúne a uma forma artística superior e original, uma elevação histórico-filosófica impressionante e um talento épico-dramático, um gênio trágico como muito dificilmente se nos deparará em outro psicologista nacional. O sr. Euclides da Cunha surge, portanto, conquistando o primeiro lugar entre os prosadores da nova geração (ARARIPE JR, 1903 apud. FACIOLI; NASCIMENTO, 2003, p.56).

Costa Lima faz ainda menção à posição singular de Sílvio Romero diante de seus pares, já que o crítico sergipano foi dos poucos a rejeitar a ênfase nas questões de estilo para ressaltar sobremaneira a competência “sociológica”, por assim dizer, de Euclides. Para o polemista sergipano, a “crítica indígena” não compreendeu o livro: tomou-o “por um produto meramente literário, do gênero de tantos outros que aí entulham as livrarias. Viu nele apenas as cintilações do estilo” (ROMERO, 1912, p.187).

Como um “consórcio entre ciência e arte”, a obra maior de Euclides da Cunha foi utilizada como sinal tangível para a definição de espaços disciplinares, os quais se tornariam visíveis apenas

em meados do século XX, mas também como definidor de posturas intelectuais distintas. Se tomarmos as palavras de Tristão de Athayde como indício, expressas no artigo “Política e letras” da famosa coletânea publicada em 1924, *À margem da história da república*, um encaminhamento se mostra evidente. Para o crítico, o espaço entre letras e política ou, de forma mais geral, entre literatura e sociedade, na primeira metade do século, era ocupado por duas posições diversas, mas, até certo ponto, complementares. Dois autores sinalizam a situação: de um lado, o patrono da Academia Brasileira de Letras e ídolo maior daquela geração, Machado de Assis. Reconhecido poeta e prosador, Machado era, todavia, um “indiferente”, um “absenteísta”: “abandonou, pouco a pouco, toda a exterioridade para mergulhar no mundo interior, marcando pela primeira vez em nossas letras, o primado do espírito sobre o ambiente” (ATHAYDE, 1924, p.277). Sendo representativo de uma legião de seguidores, Machado acabou por criar um espaço autônomo para a literatura, praticamente desvinculado do restante do corpo social.² De outro lado, o engenheiro autor de *Os sertões*, cuja obra representou, segundo o crítico, verdadeiro marco para as letras nacionais. Se no contexto da vida pública a sua personalidade talvez não lhe permitisse uma intervenção mais intensa no espaço político e social, por certo sua obra significou uma mediação importante entre a literatura e a sociedade. Athayde situa o evento de Canudos como fato marcante para a consciência intelectual brasileira nos primórdios republicanos, “uma volta violenta à realidade”. Ao narrar o épico das expedições militares, *Os sertões* permitiu novamente conjugar anseios políticos com atividade literária. Para o crítico, Euclides nasceu de Canudos, entrando na luta como que inconsciente do papel que iria representar. Imagem invertida do narrador dos infortúnios psicológicos de Bentinho em suas suspeitas diante de Capitu, Euclides “creou um estylo – o que é realmente a obra suprema de um artista” (ATHAYDE, 1924, p.287). Finalmente, sobre a herança deixada para as gerações republicanas, Tristão de Athayde, fecha seu parecer:

quas as duas figuras literarias que mais profundamente marcaram nessa era republicana, que tão rapidamente estudamos? Machado de Assis e Euclides da Cunha. Não ha um paralelo a fazer. Elles não se oppõem; symbolisam apenas, vivamente, – realizando cada um o seu caracter pelo estylo inconfundivel a que chegaram, – as duas faces da medalha. Mas a medalha é uma só (ATHAYDE, 1924, p.291).

A crítica de Machado e o elogio de Euclides, pelo menos do ponto de vista do artigo, isto é, das relações entre política e letras, sinalizam algo fundamental para a compreensão da tarefa literária na primeira metade do século XX no Brasil. A tentativa de se ultrapassar o absenteísmo do primeiro por meio da tomada de posição proposta pelo segundo, colocam a literatura numa posição de *inventário da sociedade*, espécie de documento privilegiado do social. Ou, na fórmula de Mônica Pimenta Velloso, “a literatura como espelho da nação”. Sugerindo a longa tradição da literatura-

documento no Brasil, a qual, sem ter nascido com Euclides tampouco encontrou nele seu momento derradeiro, Velloso afirma que

obcecado pela captura do real-nação e pela caça ao documento, o discurso dos nossos intelectuais nasceu da confluência entre o discurso histórico e o discurso literário. Assim é que as mais significativas expressões da sensibilidade nacional assumiram esse discurso heterodoxo, onde literatura e história se confundiam na apreensão da nação (VELLOSO, 1988, p.241).

Luiz Costa Lima já havia mostrado a longa duração no Brasil, desde os românticos na primeira metade do século XIX, do exercício de “controle do imaginário” (LIMA, 1984), e Flora Süssekind estudou a permanência do naturalismo como modelo de representação da realidade durante boa parte do século XX (SÜSSEKIND, 1984).

Mônica Velloso, por sua vez, estudando o contexto intelectual nas suas ramificações durante o Estado Novo, demonstrou como a dicotomia outrora estabelecida por Tristão de Athayde entre Machado e Euclides perdurou durante as duas décadas subsequentes, quando o campo literário já cedia espaço para o considerável desenvolvimento, desde os anos 30, das ciências sociais no país, e também quando o interior geográfico começou a assumir as definições do “Brasil profundo”, sendo a conquista da *hinterland* um verdadeiro projeto político para a busca da unidade da nação. Nas palavras de Velloso,

o mundo das letras – personificado em Machado – passa a representar a parte falsa do Brasil, porque voltada para a cultura importada. Já a sociologia – personificada em Euclides – se transforma na própria expressão da brasilidade. A valorização do mundo rural é concomitante à desqualificação do universo urbano. Nesse contexto de valores, escolher a cidade como temática significa dar as costas ao ‘Brasil real’ (VELLOSO, 1988, p.244).

A autora salienta ainda como, para parte dos intelectuais dos anos 40, o modernismo era desqualificado enquanto discurso sobre a nação, sendo considerado apenas em seu viés de inovação estética, desprovido de uma dimensão social mais adequada para interpretar ou mesmo revelar o Brasil.³

Ou seja, entre os anos 1920 e 1940, opera-se uma construção intelectual importante: de um lado, a literatura-ficção cujo expoente maior era Machado de Assis, o autor “alienado”;⁴ de outro, a literatura-documento, elaborada sob o manto epistemológico da ciência, personificada na obra de Euclides da Cunha, o “escritor-modelo”.⁵ Foi diante dessa situação, a qual provavelmente provocaria o riso irônico de Sílvio Romero, que alguns dos ensaios de interpretação histórica no contexto da Primeira República foram escritos, dentre os quais certamente os primeiros livros de Gilberto Freyre. Não se quer com isso, obviamente, dizer que tal perspectiva fosse a única possível,

tampouco que fosse a mais evidente. Contudo, ela não é de forma alguma desprezível, e levá-la em consideração é algo importante na tentativa de descortinar novos horizontes de interpretação para esse momento fundador da historiografia brasileira; contexto em que os limites dos campos disciplinares, com o desenvolvimento universitário, passam a se tornar cada vez mais nítidos, levando, com isso, a um deslocamento do privilégio até então concedido à literatura como forma por excelência da representação da nacionalidade e da realidade nacional.

No caso específico de Gilberto Freyre, é possível considerar que o livro maior de Euclides da Cunha serviu, mesmo que de modo não explicitado, como uma espécie de contraponto intelectual. Se *Os sertões* foi construído a partir de uma noção coerente de *distância*, tanto do ponto de vista espacial (litoral/sertão) quanto temporal (o sertanejo vivia com trezentos anos de atraso em relação à população litorânea), *Casa-grande & senzala* foi escrito segundo uma perspectiva de proximidade no espaço e no tempo: Freyre projetava o contexto da casa-grande como modelo para o restante do território brasileiro, ao mesmo tempo em que escrevia segundo uma concepção homogênea de temporalidade, em que, mais do que rupturas, prevaleciam as continuidades. É, portanto, nesse sentido que o estudo da maneira pela qual a obra do escritor fluminense foi apreendida pelo sábio de Apipucos⁶ pode ser de valia para uma compreensão renovada dos procedimentos de escrita utilizados pelo último, sobretudo na confecção de seu primeiro livro. Freyre foi um leitor atento de Euclides, consciente do lugar ocupado por ele no ambiente letrado brasileiro. Sua leitura merece certa atenção.

Freyre leitor de Euclides

Pode-se começar a partir de uma ideia longamente repetida por diversos autores e que, recentemente, foi retomada pelos biógrafos do autor pernambucano: “a obra inovadora de Gilberto Freyre insere-se numa tradição da qual fazem parte brilhantes ensaístas brasileiros como Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Oliveira Lima, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, entre outros, com os quais mantém constante diálogo crítico” (GIUCCI; LARRETA, 2007, p.12). A relação entre todos esses intelectuais, aos quais normalmente se acrescem Manoel Bomfim e Paulo Prado, aparece como uma evidência; eles fazem parte de uma tal *tradição ensaística* no Brasil. O que não é de forma alguma evidente são os pormenores de tais relações, isto é, como eles circulavam entre eles mesmos, como eram lidos e compreendidos, como eram, enfim, criticados entre si. Gilberto Freyre, por exemplo, dá o nome de Joaquim Nabuco ao instituto por ele fundado no Recife na década de 1940; Oliveira Lima foi seu grande mentor durante os anos formativos no exterior; Oliveira Vianna normalmente é visto como seu antípoda; o *Raizes do Brasil* foi publicado primeiramente na coleção da José Olympio por ele coordenada; Sérgio Buarque, por

sua vez, “apagou” Freyre das edições posteriores do seu livro de 1936; Caio Prado Jr. é desde 1933 mencionado no *Casa Grande & Senzala* em virtude do *Evolução política do Brasil*. Cada uma dessas relações mereceria um estudo à parte.⁷

Interessa aqui, entretanto, a forma particular pela qual Freyre estabeleceu uma relação com Euclides da Cunha e *Os sertões*. Em *Casa-grande & senzala*, ambos aparecem em momentos significativos do livro. Em determinado momento, defendendo a ideia de que a mobilidade que dispersou a população durante a colônia foi a mesma que permitiu o contato, “em comunhão mesmo, através de difícil mas nem por isso infrequente intercom-comunicação [*sic*] colonial” (FREYRE, 1933, p.39), Freyre se coloca, com base em Manoel Bomfim (*O Brasil na história*), contra a tese euclidiana do hiato entre as populações do sul e do norte na formação histórica do país.⁸ O que é digno de menção é o fato de que o contra-argumento é pautado pelo recurso direto às fontes, isto é, às provas que permitem afirmar que tal hiato não existiu. Em nota, Freyre indica que Bomfim fundamentou sua posição com documentos paulistas (testamentos, inventários, cartas de sesmarias, etc.), que também serviram a Alcântara Machado e a Affonso Taunay nas suas obras sobre o bandeirantismo. O próprio autor menciona sua consulta às fontes: “documentos pernambucanos por nós recentemente examinados na secção de manuscritos da Bibliotheca Publica do Estado e na colleção do Instituto Historico e Archeologico de Pernambuco” (FREYRE, 1933, p.40). Ou seja, Freyre se coloca plenamente no eixo fundador da prática historiográfica, o momento do arquivo e da prova documental de que fala Paul Ricoeur, e sua refutação é feita segundo as diferentes formas de administração das evidências que cada autor faz (RICOEUR, 2000). Não há qualquer recurso a documentos referenciados em *Os sertões* para a assertiva dada por Euclides; ela é constituída por meio de uma generalização que, segundo Freyre, não se sustenta.

Outra generalização é ainda refutada, tocando decisivamente num dos pontos que mais afastam os dois autores. Freyre se coloca contra a “exaltação lyrica” feita dos indígenas ou dos mestiços de branco com índio que alguns autores, entre os quais Euclides da Cunha, estabeleceram. Tal posição, nas palavras de Freyre, “não corresponde senão superficialmente á realidade”. Assim, seguindo Roquette Pinto, Freyre menciona “a necessidade de rectificar-se Euclides da Cunha, nem sempre justo nas suas generalizações” (FREYRE, 1933, p.70-71). Esse ponto é capital na medida em que envolve a própria concepção de povo brasileiro que estava em jogo no final do século XIX e primeiras décadas do seguinte. Basta lembrar uma importante passagem de *Os sertões* em que Euclides se coloca contra posições muito claramente demarcadas, criticando a “meia-ciência” que, num subjetivismo excessivo, fez emergir “desta meta-chimica sonhadora [a fusão das raças] precipitados fictícios”. A crítica é dirigida àqueles que recusam a influência do meio físico e preveem a vitória genética do elemento branco num futuro não muito longínquo; àqueles que “dão maiores largas aos devaneios” e exageram o papel dos aborígenes, o que não faz outra coisa senão

servir de inspiração à poesia; por fim, àqueles que “vão terra á terra de mais”, exagerando o papel do negro, na figura reconhecida do mulato, proclamado como o tipo étnico mais característico (CUNHA, 1905, p.69-70). Pode-se dizer, hoje, que o terceiro caso serve como contraponto *avant la lettre* à perspectiva que será defendida algumas décadas mais tarde por Gilberto Freyre.

Em alguns outros momentos de *Casa-grande & senzala*, Euclides chega a aparecer, embora com um caráter meramente de informação. Os dados mais significativos para este artigo são os já mencionados, a refutação documental e a refutação interpretativa. Além disso, em ocasiões diversas Freyre voltará a tomar o autor como tema importante de suas meditações. No ano de 1939 a editora José Olympio publica, sob a coordenação de Freyre, a caderneta da expedição pelo interior baiano na qual Euclides escreveu suas colocações *in loco* sobre o evento. Não deixa de ser significativo o fato de que ela é inserida na coleção “documentos brasileiros”, que já havia trazido ao público o *Raizes do Brasil*. Para essa edição, o sociólogo escreve uma introdução de cerca de duas dezenas de páginas. O texto será retomado no livro de 1944 no qual o escritor-engenheiro ocupa posição privilegiada, *Perfil de Euclides e outros perfis*. Ressalte-se ainda a conferência lida na biblioteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no dia 29 de outubro de 1940, em que, significativamente para o momento em questão, Freyre discorre sobre “a atualidade de Euclides da Cunha”. Por fim, Gilberto é um dos autores que escreveram textos para a edição completa das obras de Euclides, organizada por Afrânio Coutinho e publicada em 1966.⁹ Tal recorrência indica, sem dúvida, o reconhecimento por parte de Freyre do lugar ocupado por Euclides no ambiente intelectual brasileiro. A atenção dada a estes textos permite também compreender como o próprio autor de Apipucos enxergava o escritor-engenheiro, tornado então, não apenas fonte, mas referência fundamental para os estudiosos da nação brasileira em sua formação histórica.

Em 1936, veio ao público o primeiro volume da coleção Documentos Brasileiros, dirigida por Gilberto Freyre e editada, como foi dito, pela Livraria José Olympio Editora. O texto de estreia será um dos clássicos de interpretação sobre a história do Brasil. Na sua apresentação, Gilberto esboça os princípios que levaram à organização da coleção. Ela

vem trazer ao movimento intelectual que agita o nosso paiz, á ancia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova intelligencia brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem [...] desde o documento em estado quasi bruto á interpretação sociologica em forma de ensaio (FREYRE, 1936, p.V, grifo meu).

As palavras parecem ter sido escolhidas com esmero. Considera-se a existência, em meados da década de 1930, de um contexto intelectual dinâmico e importante, que tem por objetivo estabelecer um olhar introspectivo para os problemas nacionais e que, por sua vez, caracterizaria uma renovada geração de autores. É evidente que se trata de uma tentativa clara de legitimar a série

de publicações que se inicia; mas é igualmente evidente que ali se apresenta uma consciência aguda do papel a ser desempenhado pela *geração* preocupada então com os *problemas brasileiros*, essas duas palavras que alimentarão profundas discussões culturais.¹⁰ Para tanto, sob a alcunha de “documentos brasileiros”, considera-se desde aquilo que se poderia chamar de fontes primárias até aquelas ditas secundárias; tanto o documento “bruto” quanto o ensaio interpretativo.

Freyre salienta ainda a característica dos trabalhos que serão publicados: a “objetividade”. E estabelece um paralelo bastante importante para o contexto em questão, pois considera primoroso o trabalho do editor em publicar, no mesmo momento, tanto o “novo romance brasileiro” quanto os documentos e estudos que esclareçam os aspectos notáveis da formação histórica do Brasil. Ora, o novo romance a que se faz referência é notadamente aquele de cunho regional e propriamente social, a chamada “geração de 30”, neste segundo e fundamental momento de desenvolvimento do naturalismo nas letras nacionais de que tratou Flora Süssekind. A chamada “letra-social”: seja no plano da literatura, seja no plano dos ensaios de interpretação histórica, trata-se do mesmo esforço intelectual de decifrar a nação segundo um viés singularmente sociológico e, no seu entender, objetivo. A escrita literária e a ensaística rivalizam no intento de explicar o Brasil ou, pelo menos, de fornecer bases para a sua compreensão. Certamente ambas contribuem para tanto, porém, cabe deixar claro que cada qual o faz a sua maneira: ensaio e literatura não se justapõem como em alguns casos se entende ocorrer. Nesse sentido, seguindo a apresentação escrita para o primeiro volume publicado, percebe-se a extensa amplitude dos temas e dos autores que serão contemplados, além da variedade de tipos de documentação a serem editados. Distante de qualquer “absenteísmo político”, a coleção – seu organizador, seu editor e seus autores – é elaborada decididamente como renovadora intelectual e atenta aos problemas pátrios.¹¹

A coleção será dirigida por Freyre até 1939. Dos dezoito títulos publicados nesse período, três serão diretamente ligados ao nome de Euclides da Cunha: o volume 13 é o texto biográfico de Eloy Pontes, *A vida dramática de Euclides da Cunha*; já os volumes 16 e 17 serão textos do próprio escritor – *Canudos. Diário de uma expedição* e uma segunda edição de *Peru versus Bolívia*. Considerando os termos utilizados na apresentação escrita em 1936, compreende-se o papel privilegiado ocupado por Euclides na cena intelectual brasileira. Transitando entre o documental e o interpretativo, o diário escrito pelo correspondente d’*O Estado de São Paulo* aparece como fonte primordial, seja para o entendimento dos eventos relatados, seja para a compreensão da figura do próprio autor. Quando da publicação do texto, Gilberto Freyre escreve algumas palavras que valem como indicadoras da sua apreensão da obra e do autor em questão.

O texto é elucidativo. Freyre se esforça por elevar a figura do autor, de maneira que seu nome, de certa forma, se sobreponha à obra que lhe garantiu reconhecimento. Logo de início lê-se sobre Euclides: “elle vive principalmente pela sua personalidade, que foi creadora e incisiva como

poucas. Maior que *Os Sertões*”. O que Freyre pretende chamar a atenção é que ler esta obra significa menos conhecer o objeto sobre o que se escreveu do que aquele que o fez. Afinal, “outro poderia ter escripto com maior precisão nas minucias technicas e maior claresa pedagogica de exposição”. Ali, o que se sobressai acima de tudo é a “personalidade angustiada” do autor, “de modo que é Euclides, mais do que a paisagem que transborda dos limites de livro scientifico d'*Os Sertões*, tornando-o um livro tambem de poesia” (FREYRE, 1939, p.VII). Para Gilberto Freyre, é preciso reconhecer os efeitos do sertão sobre o autor de *Os sertões*, perceber como a experiência vivida, traduzida em uma singular experiência literária, acabou por criar as condições de amadurecimento intelectual e de formação do caráter do autor. A particularidade dessa experiência é resultado do distanciamento imposto pela “descida” ao interior do país, pois Euclides não se formou, segundo Freyre, nas rodinhas da rua do Ouvidor ou nas conversas em livrarias ou confeitarias cariocas: “precisando do deserto para acabar de formar-se no meio do inacabado da colonização pastoral, sem se sentir olhado, observado ou criticado pelos escriptores convencionaes do Rio de Janeiro. Estes que o acceitassem depois de formado a seu geito” (FREYRE, 1939, p.VIII). Para o sociólogo, a consequência principal disso, retomando o constante topos da comparação Machado-Euclides, é o fato de que, se o primeiro, escondendo-se por detrás de seus personagens, criava num humor estrangeirado paisagens que pouco tocavam na essência da nacionalidade, já o segundo desvendou uma paisagem profundamente brasileira, posto que ela era também uma espécie de representação de uma paisagem íntima, da cartografia de um “eu” que havia já se definido como misto de grego, europeu e tapuia, sendo este último elemento aquele que, no entender de Freyre, teria se sobreposto aos demais. Suas palavras criam uma figura própria,

a de escriptor em função da ‘paisagem brasileira’ que ficou sendo para elle mais do que a ‘imagem da Republica’ - que tambem teve para Euclides um sentido mystico - uma especie de prolongamento da imagem materna. Impossivel separar Euclides dessa paisagem-mãe que se deixou interpretar por elle e pelo seu amor como por ninguem (FREYRE, 1939, p.IX).

Vale lembrar que aos três anos de idade, em 1869, Euclides ficara órfão da mãe falecida pelo “mal do século”.

A razão dessa feição de escritor ligado intrínseca e quase que organicamente com seu objeto é dada pelo autor de *Casa-grande & senzala* através da capacidade de Euclides em se identificar com aquilo sobre o que escreveu; uma identificação profunda “com a dôr do sertanejo e com a tristeza da vegetação regional”. Para Freyre, valendo-se de uma noção que ele empregará diversas vezes para definir sua própria obra, Euclides teria sido “o primeiro caso de verdadeira empathia. Sympathia só, não: empathia. Elle não só accrescentou-se aos sertões como accrescentou os sertões sempre á sua personalidade e ao ‘character brasileiro’ de que ficou um dos exemplos mais altos e mais vivos. Uma

especie de martyr” (FREYRE, 1939, p.X-XI). Dessa maneira, Gilberto constrói uma figura que foi justamente refutada por Euclides, a do poeta. Sobre isso seria possível sugerir, assim como o fez Luiz Costa Lima, que o eixo norteador de *Os sertões* é antes uma interpretação da realidade feita sob o manto protetor da ciência do que uma descrição lírica com efeitos poéticos do lugar e do homem sertanejos (LIMA, 1997). Por agora, entretanto, cabe apenas apontar como Gilberto Freyre, invertendo as premissas pelas quais Euclides parece ter “construído” seu *Os sertões*, elaborou uma imagem do escritor menos como analista autorizado pela ciência do que como poeta cujas qualidades literárias se sobrepuseram à interpretação cientificamente conduzida.¹²

Uma passagem da introdução escrita por Freyre é elucidativa. Diz o pernambucano, com palavras inequívocas:

na descrição dos sertões, o cientista erraria em detalhes de geographia, de geologia, de botanica, de anthropologia; o sociologo, em pormenores de explicação e de diagnostico sociaes do povo sertanejo. Mas para o redimir dos erros de technica, havia em Euclides da Cunha o poeta, o propheta, o artista cheio de intuições geniaes (FREYRE, 1939, p.XI).

Para Freyre, sociólogo por formação, Euclides foi um mal pesquisador. É certo que algumas das explicações fornecidas pelo engenheiro não convenceram especialistas das disciplinas pelas quais ele se aventurou, e o exemplo que pode ser mencionado é o do botânico José de Campos Novaes.¹³ Mas não é menos certo que, ainda nas décadas de 1930 e 40, *Os sertões* gozava de boa reputação como texto fundamental para a compreensão da realidade brasileira. Nesta constante indecisão entre obra de ciência ou de literatura, *topos* cuja genealogia Costa Lima já problematizou, quanto mais em um contexto (o de Freyre) em que os campos intelectuais intentavam alcançar graus cada vez mais elaborados de autonomia, a postura de Gilberto permite entrever uma estratégia plausível: jogando para o espaço da literatura aquela que era considerada, e não por poucos, a mais bem acabada interpretação dos problemas brasileiros, o sociólogo, formado em ciências sociais no exterior, criava um importante contraponto para a sua própria obra, definida por ele, pelo menos neste momento, como obra predominantemente sociológica, isto é, algo distinto da literatura; enfim, um ensaio de interpretação histórica, não um escrito literário. De fato, Freyre salienta as “qualidades essenciaes” da escrita euclidiana, apontando o autor como “escriptor adiantadissimo para o Brasil de 1900 que elle foi: escriptor fortalecido pelo traquejo scientifico, enriquecido pela cultura sociologica, aguçado pela especialização geographica”. Mas logo em seguida retoma a tônica de seu texto:

aquellas qualidades scientificas, quem ás vezes as diminue no autor d'*Os Sertões* compromettendo-as na sua essencia, é o orador perdido de amor – amor physico – pela palavra simplesmente bonita ou rara; o orador que a formação scientifica de

Euclides da Cunha não conseguiu esmagar nunca no grande sensual das frases sonoras [...] Dahi a exagerada sensualidade verbal, a emphase anti-científica e também anti-artística em que ás vezes se empasta sua palavra (FREYRE, 1939, p.XII-XIII).

Do poeta formado engenheiro, Freyre indica as formas pelas quais ele representa o ambiente sertanejo: alongadas, verticais, angulares, retas, concretas e duras tais como uma escultura. Euclides-escultor não se interessaria por aquilo que seria a paisagem preferida do recifense: o ambiente da cana-de-açúcar. “A casa-grande, mal a observa, desinteressado talvez do gordo, do ‘terrivelmente chato’, do lyricamente brasileiro, do acachapadamente patriarcal de sua architectura”. Uma opção estética, portanto, e não uma posição teórica fundamentada numa perspectiva analítica. Freyre parece sugerir que o interesse de Euclides pelo sertão é menos por enxergar ali a chave explicativa da nação do que por uma escolha lírica, o modelo a partir do qual elaboraria sua obra.

A Euclides como que repugnava na vegetação tropical e na paisagem dominada pelo engenho de assucar o gordo, o arredondado, o farto, o satisfeito, o molle das formas; seus macios como que de carne; o pegamento da terra; a doçura do massapê. Attrahia-o o anguloso, o ossudo, o hirto dos relevos asceticos ou, quando muito, seccamente masculinos do ‘agreste’ e dos ‘sertões’ (FREYRE, 1939, p.XV-XVI).

Disso resulta, segundo o olhar crítico de Freyre, uma deficiência analítica significativa, pois, ao glorificar os tipos em estátuas, Euclides passa ao largo da “verdade essencial” das coisas, pois suas esculturas seriam antes exagerações ou simplificações demasiado distante dos originais. Daí uma estratégia por ele utilizada: a de preferir discorrer sobre indivíduos particulares como forma de escapar às generalizações com que sente dificuldades. Assim, o parecer é irremediável:

toda a vez que se sente fraco diante de problemas complexos de interpretação de personalidades ou de typos Euclides resvala no seu vicio fatal: a oratoria [...] Principalmente quando esse problema é o que offerece a psychologia ou a historia de uma personalidade ou de um typo social mais denso. Dahi a fraquesa de suas tentativas de caracterização da cidade da Bahia, por exemplo, ao lado de suas syntheses magnificas de paisagens larga e de typos menos complexos: o do sertanejo ou o do seringueiro (FREYRE, 1939, p.XIX-XX).

O Euclides de Freyre é, portanto, um hábil construtor de frases sonoras e convincentes, embora o resultado disso seja, na maior parte das vezes, uma deficiência evidente na elaboração de argumentos explicativos fortes e bem fundamentados. Se suas descrições encantam o espírito, favorecendo o fervor nacional para os problemas brasileiros, sua interpretação pouco acrescentaria ao desenvolvimento de uma análise social mais profunda; obra muito mais de orador que de analista. A crítica é reconhecidamente pesada, já que Freyre a justifica também de forma retórica,

apelando justamente para as qualidades do escritor, numa espécie de elogio às avessas: “quem nos deixou, como Euclides da Cunha, páginas de que saltam intuições verdadeiramente geniais, não precisa de condescendência de crítico nenhum” (FREYRE, 1939, p.XXII). Ao se colocar no papel de leitor sincero, o sociólogo parece também estabelecer, mesmo que de forma implícita, o contraponto fundamental: *Os sertões* e *Casa-grande & senzala* não são livros equivalentes e, no limite, são mesmo obras antípodas: a primeira, expressão de um poeta; a segunda, produto laborioso de uma pesquisa.

O contraponto se torna ainda mais saliente na conferência pronunciada em 1940, lida a convite da Casa do Estudante do Brasil no Salão de Conferências da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. As primeiras linhas esclarecem os pontos em jogo. Freyre concorda com críticas feitas à ênfase biológica nos estudos de Euclides da Cunha sobre a formação brasileira. Segundo ele, o “engenheiro social” “despreza o sistema monocultor, latifundiário e escravocrata na análise da nossa patologia social; e exalta a importância do processo biológico - a mistura de raças - como fator, ora de valorização, ora de deterioração regional e nacional” (FREYRE, 1941: como consultei a versão eletrônica do texto, as referências seguem não paginadas). Sem qualquer menção direta aos seus próprios trabalhos, o que não lhe é costumeiro, Freyre indica ainda que

são recentíssimos, aliás, os estudos que vão estabelecendo o primado do fator cultural - inclusive o econômico - entre as influências sociais e de solo, de clima, de raça, de hereditariedade de família, que concorreram para a formação da sociedade brasileira, em geral, e, particularmente, para as suas formas agrárias ou pastoris caracterizadas pelo latifúndio, pela exclusividade de produção e pelo trabalho escravo o semi-escravo, com todos os seus concomitantes psicológicos de agricultura sem amor profundo à terra (FREYRE, 1941).

Certamente, seria despropositada qualquer menção direta, afinal, para bom entendedor, algumas poucas palavras bastam. *Casa-grande & senzala* situa-se decididamente no âmbito desses estudos “recentíssimos”, rejeitando a visão pessimista, assumida, segundo Freyre, por Euclides, com relação ao papel da mistura de raças na formação histórica e no desenvolvimento social do país. “Descrença baseada em fatalismo de raça. Em determinismo biológico”, do qual, seria para o ouvinte compreender, Freyre se encontrava à boa distância.

Mencionando algumas deficiências na formação intelectual do engenheiro, “a quem faltavam estudos rigorosamente especializados de antropologia física e cultural ainda mais que os de geologia”, Gilberto chega a estabelecer, como fizera em partes no texto do ano anterior, uma relação intrínseca entre a personalidade de Euclides e sua produção escrita. A atividade científica que escolhera praticar seria, nesse sentido, uma espécie de compensação intelectual para uma angústia íntima: “a falta de um amor”. Órfão de mãe desde muito cedo, o caráter do escritor teria

sido moldado por essa lacuna essencial, equilibrada, em partes, pela projeção ideal de uma imagem de república,

para ele quase pessoa, quase mulher: tanto que a confundiu com a figura de moça que mais o impressionou na mocidade. Mas a confusão durou pouco. A identificação do símbolo com uma figura particular de mulher não foi além do seu desejo. Nem era possível que esse sonho de homem romântico e talvez neurótico tivesse inteira realização (FREYRE, 1941).

Resulta dessa análise psicanalista ensaiada por Freyre o diagnóstico de um forte “narcisismo” da personalidade euclidiana que, mais do que comprometer sua saúde de espírito, prejudicava, sobretudo, sua atividade intelectual. Nas palavras de Gilberto, tratar-se-ia de um “narcisismo, o seu, deformador de sua visão da natureza e dos homens dos sertões. Deformador, porém, no sentido de acentuar a realidade congenial. No sentido de estilizá-la”. A imagem de um Euclides da Cunha adulto infeliz e homem incompleto é, porém, justificada, tal como o fora no prefácio de 1939, por um elogio notável, às avessas, onde Freyre situa todas as suas qualidades justamente nas próprias deficiências: “é possível que do incompleto de sua vida tenha resultado o enriquecimento de sua obra e de nossa literatura, pela exploração e intensificação de zonas particularíssimas de sensibilidade e de compreensão da natureza e do homem tropical” (FREYRE, 1941). Assim, mais do que qualquer outra doutrina científica ou filosófica, Euclides seria um dos exemplos marcantes daquilo que Freyre definiu, seguindo Sílvio Romero, como “brasileirismo”, marcado, sobretudo, por certo “subjetivismo brasileiro” na interpretação da história.

Novamente, portanto, mais do que a obra em si, o que ressalta da leitura de Freyre é uma análise, por vezes exagerada, da personalidade singular de Euclides da Cunha, como se o íntimo do autor fosse condição suficiente para a compreensão de sua produção literária. No contexto que, como foi visto, a obra euclidiana passava por um processo de revalorização, sendo o exemplo caro a uma geração do trabalho intelectual socialmente comprometido com os problemas brasileiros, ao mesmo tempo em que propiciava elementos para a defesa erudita dos projetos políticos de expansão para o oeste e para o interior do país, Freyre, já bastante conhecido pelos seus livros e pela sua atuação cultural, aparece como leitor crítico daquela obra. É evidente e inegável seu reconhecimento do valor e das imensas contribuições dela para a compreensão do processo social brasileiro, mas é clara também sua tentativa de deslocá-la da posição que assumia. Suas qualidades literárias não poderiam ser sobrepostas às suas inaptidões científicas ou, quando muito, ambas, as qualidades e as inaptidões, deveriam ser encaradas em separado. Carregada de preconceitos, de generalizações equivocadas, de juízos exagerados, sua ciência era o exemplo maior de um tipo de perspectiva a ser superada, seja em termos temáticos (já que “desprezava” o estudo da sociedade canavieira, escravocrata e patriarcal), seja na forma de sua abordagem (excessivamente biológica e

pouco social ou econômica), seja mesmo nos procedimentos de sua escrita (empolada, oratória e exagerada). Mas ainda assim era obra para ser admirada, desde que bem situada no campo a que de direito pertencia, isto é, a literatura.

Como se sabe, os anos 1940 foram decisivos para Gilberto Freyre, no que se refere à consolidação de seu nome como eminência intelectual no Brasil. Dois de seus maiores livros já haviam sido publicados e os anos seguintes seriam aqueles em que a sociologia universitária, sobretudo aquela praticada em São Paulo, viria a rivalizar com a tradição do ensaísmo histórico. Tal é, portanto, uma explicação plausível para se compreender sua postura diante da obra de um “mestre” como Euclides; postura respeitosa, é bem verdade, mas sem ocultar os princípios de uma disputa unilateral. Isso fica mais patente quando se percebe a maneira como outro texto sobre a obra do engenheiro foi produzido, já pelos idos de 1966, por ocasião da publicação, organizada e dirigida por Afrânio Coutinho, das obras completas de Euclides. Desde o título escolhido, o deslocamento se torna manifesto: “Euclides da Cunha revelador da realidade brasileira” (FREYRE, 1966). Do autor que ocultava o real por detrás de uma personalidade angustiada, pelos exageros de oratória e pela ênfase predominantemente escultórica, Euclides se torna o “revelador da realidade”. Mas nem por isso havia se tornado um cientista melhor.

Para Freyre, o mundo das letras nacionais seria dominado, naquele momento, por três nomes importantes: José de Alencar, Machado de Assis e Euclides da Cunha, o “estranho ensaísta” cujo carisma e influência os dois primeiros pareciam não superar. “É difícil de explicar a constância dessa influência de Euclides”, afirma Gilberto, já que se trata de um “escritor difícil”, carregado de preciosismos e “de um cientificismo pedante e irritante”. Se nos textos anteriores Freyre descartava a porção científica de Euclides, resguardando sua dimensão retórica, agora parece querer terminar o serviço. Autor sempre beirando o catastrófico pela “má eloquência”, Euclides era ainda um escritor de “gôsto duvidoso, ambíguo e, por conseguinte, discutível”. Mas residiam aí as razões para sua permanência, pois lhe permitia agradar tanto leitores “de elite”, que admiram essa escrita do limite entre o bem e o mal escrever, e leitores atraídos pelos jogos de palavras e pela oratória menos nobre (FREYRE, 1966, p.17-18). No fundo, então, a permanência de Euclides era devida menos as suas qualidades do que à falta de crítica do público leitor.

Gilberto Freyre, uma vez mais, não esconde as ambiguidades de seu juízo. Deficiente do ponto de vista científico e esteticamente pesado do ponto de vista literário, *Os sertões* guarda uma complexidade notável: “notável como literatura e notável como ciência: ciência ecológica e ciência antropológica e até sociológica. Mas sobretudo obra de literatura. Obra de revelação” (FREYRE, 1966, p.20). Mais do que simples descrição e mais do que mero encadeamento de dados, os textos euclidianos são “ensaios de quem se aproximou de temas brasileiros com espírito científico e com preparação técnica”. Porém, deixe-se claro que o valor sociológico do livro fica subsumido ao seu

valor literário, a sua capacidade de revelação da realidade. Se a ciência descreve e explica, a literatura revela, faz ver, coloca diante dos olhos dando a conhecer um objeto ao desvelar as camadas que o encobriam, ao retirar-lhe o véu de opacidade que tornava obscura a observação. Cabe lembrar que nesse momento (meados da década de 1960), Freyre já estabelecia, por meio dos prefácios escritos para as diversas edições do *Casa-grande & senzala*, um deslocamento da sua própria posição intelectual, vestindo, sobre as roupas íntimas do sociólogo, a sobrecasaca do escritor.

Ainda assim, entretanto, persistiam zonas de escuridão. Freyre lamenta, uma vez mais, o fato de Euclides não ter dedicado páginas, por exemplo, à “civilização patriarcal e escravocrática”, e lamenta também, outra vez, sua ênfase excessiva no elemento indígena, a despeito do papel, considerado historicamente mais relevante pelo sociólogo, dos negros e dos mulatos. O Brasil de Euclides era o país dos bandeirantes e dos sertanejos, era o país do agreste, da *hinterland*: “nenhuma palavra de lamentação para o desaparecimento da gente senhoril e da população servil que animaram solares; e que animando-as, criaram, mais que os bandeirantes, um Brasil autêntico em profundidade” (FREYRE, 1966, p.25). Ou seja, o historiador da família patriarcal situada na faixa litorânea e canavieira do nordeste brasileiro e que, a partir deste centro cultural e econômico que foi Pernambuco, projeta para o todo do país uma certa forma de processo histórico, estabelece aqui um outro contraponto relativo à ênfase a ser concedida a tal ou tal personagem da história, o bandeirante aventureiro, em sua experiência nômade e interiorana conquistando territórios, ou o patriarca sisudo, sedentário no vai-e-vem da rede colocada na varanda, a contemplar a vastidão onde reina soberano.

Autor, sobretudo, de obra literária, mesmo que sob certos desígnios de ciência, o Euclides de Gilberto Freyre aparece como uma referência para sua própria atividade de intérprete da história nacional. Se não isso, pelo menos ele constrói o contraponto para os leitores escolherem entre as duas representações da nação. Seja pela personalidade angustiada, introvertida e arredia, seja pela perspectiva teórica utilizada, seja ainda pela ênfase temática escolhida, fica claro como é possível, com base nos textos que um escreveu sobre o outro, colocar como pontos contrastantes Gilberto Freyre e Euclides da Cunha. O contraste maior, todavia, reside nas maneiras distintas de representação da história brasileira e, nesse sentido, de organização do tempo da nação.

Duas histórias, duas ordens do tempo

Euclides da Cunha e Gilberto Freyre normalmente são autores colocados aleatoriamente no grupo dos ensaístas-intérpretes do Brasil, os re-descobridores do país, passados os anos de formação de um discurso nacional durante boa parte do século XIX.¹⁴ O que geralmente se omite é o fato de

que ambos caracterizam formas distintas de compreensão da história nacional, do processo de formação da nação e da nacionalidade brasileiras. Quando muito, destaca-se a visão racial do primeiro e a cultural do segundo, numa espécie de evolução lógica do pensamento social que passaria da explicação pelas grandes leis genéticas para a compreensão através da dinâmica da cultura. Mas é possível perceber também que ambos denotam modelos diversos de elaboração de um tempo próprio para a nação.

Gláucia Villas Bôas é uma das autoras que se aventurou em perceber tal diferença. Para ela, trata-se de dois modelos antípodas de interpretação do Brasil, o de Euclides definido como modelo do “Brasil do eterno dilema”, o de Freyre como do “Brasil de harmonia autoritária” (VILLAS BÔAS, 2004; ver ainda VILLAS BÔAS, 1988 e VILLAS BÔAS, 1998). Na definição dada pela autora, o primeiro modelo “apresenta uma disputa sem fim entre valores de uma suposta brasilidade e valores igualitários, universais e modernos”, e no segundo “se inscreve o que seria comum a todo e qualquer brasileiro, suas origens históricas e culturais, como um legado positivo para a construção da nação moderna” (VILLAS BÔAS, 2004, p.23). O que está em jogo é o estatuto de individualidade de determinada cultura, um *ethos* que a particularize em sua relação com o movimento geral da civilização (entendida como ocidental e moderna). A oposição reside, sobretudo, na diferença de ênfase dada à questão da temporalidade, o que conduz cada um dos autores a um princípio distinto de interpretação histórica: o do conflito ou do dilema, no caso de Euclides, o da harmonia, para o autor de *Casa-grande & senzala*. Contudo, se as conclusões da autora se aproximam das intenções deste estudo, seu percurso é sensivelmente diferente.

Euclides da Cunha a favor das descontinuidades e Gilberto Freyre adepto fervoroso das continuidades constroem dois modelos interpretativos – o *Brasil do eterno dilema* e o *Brasil da harmonia autoritária*, muito embora se aproximem pelo que neles há de interesse em conceber um *ethos* brasileiro. Afastam-se, e muito, não apenas pelo estilo literário, mas principalmente pela escolha e adoção de um princípio ordenador de suas respectivas concepções (VILLAS BÔAS, 2004, p.31-32).

Tais princípios seriam, no entender da autora, para o engenheiro, a *terra* e, para o sociólogo, a *casa-grande*. O pressuposto geográfico do primeiro se assenta na profunda ruptura, de tempo e de espaço, que afasta o litoral do sertão; já para o segundo, a metáfora arquitetônica aponta para a estrutura de uma construção que favorece os encontros e a proximidade. Entretanto, se o diagnóstico sobre a obra do pernambucano se mostra próximo do que entendo ser a característica fundamental do livro de Gilberto Freyre, estabelecendo a relação, intrínseca em *Casa-grande & senzala*, entre sujeito e objeto, no caso do autor fluminense há algumas discordâncias que merecem ser apontadas, já que implicarão nas diferenças mais importantes das duas abordagens (a minha e a dela), bem como conduzirão a outra maneira de se contrapor os livros de ambos autores.

Para Gláucia Villas Bôas, nos dois livros aqui tratados, *Os sertões* e *Casa-grande & senzala*,

a memória privilegia o tempo longínquo dos primórdios enquanto as imagens do futuro são raras, pobres e irrelevantes. A *valorização* do passado aproxima as duas notáveis interpretações do Brasil e as coloca em *flagrante oposição às obras que se baseiam nas concepções modernas e progressistas de tempo* e fazem do corte radical e da desqualificação das experiências passadas sua marca singular (VILLAS BÔAS, 2004, p.27, grifo meu).

Tal parecer certamente se mostra, em partes, adequado para a compreensão do livro de 1933, mas é possível levantar dúvidas quanto a sua adequação no que se refere à obra de 1902. Pois a forma como se encaminha a argumentação parece não estar de acordo com os procedimentos de que Euclides se valeu para elaborar seu *Os sertões*.

Seguindo a autora, nota-se que “a construção de *Os sertões* se assenta na *recordação* de um conflito que dizimou um grupo de homens, mulheres e crianças, habitantes de uma região inóspita e ignorada” (VILLAS BÔAS, 2004, p.27, grifo meu). Nesse sentido, é a *memória* o fundamento primeiro que sustenta a produção do texto, sendo ela, pois, o que garantiria sua legitimidade. Mas ela ali aparece em íntima relação com um outro procedimento discursivo. Gláucia ressalta o lugar da *autópsia* na escrita euclidiana. “*Os sertões* é obra de quem viu [e] ao reelaborar a experiência de seu testemunho no campo de batalha, Euclides imprime à escrita uma dimensão visual única, concedendo à visualidade lugar de importância na ordenação dos seus materiais de pesquisa” (VILLAS BÔAS, 2004, p.28). Ao relacionar tão proximamente a lembrança e a visão na construção de *Os sertões*, a autora traz para o primeiro plano a figura do autor, aquele que lembra e aquele que viu (e lembra justamente por ter visto). E é, por conseguinte, na projeção da experiência do autor que residiria a força interpretativa e política da obra, já que ela se prestaria como uma espécie de exemplo para a posteridade, uma aquisição para sempre à maneira tucidideana. Há na escrita do livro, não apenas um *trabalho de memória*, o do escritor que escreve suas recordações, mas também um *dever de memória*, já que se pretende que aquilo sobre o que se escreve jamais venha a ser esquecido.

Sendo a narrativa da luta entre duas temporalidades distintas,

o conflito do presente com o passado, do litoral com o sertão é o eterno confronto entre a cultura particular e a civilização, que no livro se apresenta como tragédia, extermínio da cultura em favor da civilização, mas permanência da cultura através da recordação do conflito [...] A memória inscrita nas páginas de *Os sertões* retém uma imagem autêntica da população brasileira, imagem que *integra* a sociedade rude dos sertões (VILLAS BÔAS, 2004, p.31, grifo meu).

Nesse sentido, portanto, na sua dimensão de *historia magistra vitae*, a obra de Euclides se afastaria de uma concepção moderna de história. Todo o seu empreendimento se volta a uma

essência do passado: ele “vai buscar as origens da população sertaneja porque sua crença no progresso fora abalada pelo heroísmo e resistência dos tabaréus”, sendo o corolário disso tudo uma inequívoca, embora desconcertante, proximidade entre ele e seu objeto:

o testemunho de Canudos permite ao autor considerar o destino histórico trágico daquela cultura, que, no entanto, não sendo desprezível na sua singeleza e capacidade de resistência, deve ser mantida e conservada na memória. Instaure-se assim um desconforto que se define pelo sentimento de ambigüidade entre a solidariedade e identificação com a cultura sertaneja e a escolha da civilização como possibilidade histórica única (VILLAS BÔAS, 2004, p.29 e p.35, respectivamente).

É justamente neste ponto que surge a discordância em relação à abordagem da autora, embora, como já se ressaltou, há uma grande proximidade quanto as suas conclusões. Como é possível depreender da leitura da obra, toda a elaboração discursiva de *Os sertões* está impregnada por uma concepção progressista de tempo e por uma noção moderna de história. A própria autora indica isso, afirmando que, “ao reconhecer que os sertanejos estão afastados há três séculos do litoral, Euclides da Cunha evidencia uma visão progressiva da temporalidade, em que o passado se diferencia do presente” (VILLAS BÔAS, 2004, p.30). Ora, esse jogo narrativo do tempo, colocando um diante do outro tanto o passado como o presente, não deixa de ser marcado também pela produção de imagens de futuro, algo negado pela autora anteriormente. Afinal, ao recortar o espaço entre litoral e sertão e estabelecer ali uma ruptura de tempo entre presente e passado, não estaria Euclides sugerindo que um seria a projeção futura do outro? O litoral é obviamente o presente do autor, mas também, ao se aceitar a força crítica do livro, ele é o futuro possível do sertão. Afinal, sua desilusão com a república não implica necessariamente uma descrença quanto ao processo civilizacional. A campanha militar deveria ter levado livros para Canudos, não tiros de canhão; todo o esforço deveria ter sido para civilizar e não para exterminar. Era preciso acelerar o tempo do sertão, trazer aqueles personagens para o “nosso tempo”, segundo palavras do autor, fazê-los progredir, ou seja, avançar rumo ao futuro. Em poucas palavras, era fundamental *reorientar* o tempo do sertão, ajustar seus relógios, redefinir sua cronologia. O corte entre litoral e sertão, além de um hiato no tempo, era também a fronteira entre o civilizado e o bárbaro, o selvagem, enfim, o primitivo. A civilização, sem ser confundida com o litoral ou com a república, é a imagem própria de futuro que está representada em *Os sertões*, mesmo que ele se mostre ausente dos sertões.¹⁵

Tudo isso coloca o livro de Euclides como uma obra escrita sob o signo da distância e é precisamente aí que reside a principal distinção entre a escrita de *Os sertões* e aquela de *Casa-grande & senzala*. A diferença primordial entre Euclides e Gilberto não está apenas na ênfase no conflito, para um, ou na harmonia, para o outro; essa é apenas uma de suas feições mais aparentes. Ela se encontra na distinção das formas de organização da experiência de tempo e, por conseguinte,

de representação da história que se tornam manifestas no processo de produção dessas duas grandes obras de interpretação histórica da nação. Para um, o tempo como ruptura; para outro, o tempo como homogêneo. Todavia, este é um argumento que escaparia às dimensões deste artigo.¹⁶

À sombra de um mestre

Como se sabe, a recepção de *Casa-grande & senzala* foi marcada, entre outras coisas, pela constante referência à obra maior de Euclides da Cunha, como se ela, mais do que as outras, mais do que a de Oliveira Vianna, pudesse servir como parâmetro comparativo para as dimensões abrangentes do livro do sociólogo recifense. Alguns, mais exaltados, defenderam a superação do primeiro pelo segundo; outros colocaram ambos em pé de igualdade (ver FONSECA, 1985 e 2003). Difícil balizar com precisão tais julgamentos. É certo, porém, que Freyre reconhecia a força interpretativa de *Os sertões*, mesmo que sobre ele tecesse comentários muitas vezes abusivos sobre o autor e a obra em questão. Não é menos certo, inclusive, que ele constatasse, até mesmo com um pouco de desconforto e mal-estar, a preponderância e o legado de Euclides como intérprete da nação, reconhecendo a complexidade das razões que mantiveram sua influência por longo tempo no ambiente intelectual brasileiro. Como sugeriram Larreta e Giucci, “até o lançamento de *Casa-grande & senzala*, *Os sertões*, de Euclides da Cunha, era o ensaio mais influente de interpretação do Brasil” (GIUCCI; LARRETA, 2007, p.468). Mesmo se ele não tivesse sido “o mais influente”, seu impacto certamente ainda se fazia sentir nos momentos de elaboração de *Casa-grande & senzala*. E, deixando de lado a evidente simpatia dos biógrafos pelo biografado, não é forçoso sugerir que o livro de Euclides permaneceu o mais influente mesmo depois do ensaio freyreano.

Tendo em mente todo o esforço pessoal e as estratégias discursivas de que o escritor pernambucano se valeu para se inserir na cena nacional logo em seguida ao seu retorno do estrangeiro e com as características de um enredo até então inédito nos trópicos, seja pelas escolhas temáticas ou pela heterodoxia no uso da linguagem, não é demais sugerir ou levantar a hipótese de que Freyre via em Euclides um monumento cuja estatura criava um vasto espaço de sombra do qual era deveras difícil para ele conseguir sair. Fica a impressão de que tudo o que fosse escrito teria como contraponto tal monumento, tudo deveria ser mensurado de acordo com tais medidas. Não que isso fosse de tal maneira um jogo aberto, que todo e qualquer escritor fosse por isso forçado a dialogar diretamente com a obra do engenheiro, ou que, por causa dela, todos os outros textos fossem reduzidos à obscuridade. Manoel Bomfim, em seu *América Latina*, escrito no calor da hora, sequer menciona Euclides. Mas no caso de Freyre, sempre preocupado com seu lugar intelectual, é possível e ainda provável que tal sombra o incomodasse, mesmo que isso não resvalasse num tom de inveja ou intriga, mas sim em uma postura crítica por vezes exagerada.

Todavia, dada a ausência de fontes mais seguras, seria forçoso querer desenvolver longamente esse argumento. Ele não tem aqui senão um papel indireto, um lugar discreto no pano de fundo sobre o qual se desenvolveu este texto. Mais importante é tentar usar um dos autores para lançar uma luz na obra do outro, como uma maneira legítima de se estabelecer outro princípio de inteligibilidade para ela. O recurso à análise da recepção e da obra de Euclides para estudar o *Casa-grande & senzala* serve aqui por duas razões principais. Em primeiro lugar, *Os sertões* é um livro que parece inaugurar uma forma nova de discurso sobre a nação, obra fronteira entre literatura e ciências sociais. Diante do diletantismo que caracterizou certa fração dos literatos na virada do século, o ensaio de interpretação se colocava como viés fundamental de problematização da sociedade. A tradição do ensaísmo histórico que caracteriza as primeiras décadas do século XX, assim, segue por essa via aberta por Euclides, pouco depois percorrida também por Manoel Bomfim e pelo próprio Gilberto Freyre. Se ele não é, cronologicamente, seu inaugurador, certamente sua obra caracteriza um momento marcante de tal tradição. A outra razão reside no fato de que o relato sobre o confronto de Canudos, justamente por frisar tão nitidamente a questão da distância (no tempo e no espaço), define uma linha interpretativa que, segundo vieses teóricos distintos, enfatiza a dimensão de ruptura no processo histórico, a separação brusca entre duas temporalidades, entre passado e presente. Tais razões permitem, portanto, tornar mais nítido o lugar de Gilberto no pensamento social brasileiro naquele contexto, bem como explicitar com linhas mais fortes a relação que aparece em seu texto entre representação do passado e ordenamento do tempo, relação esta marcada pela ideia de continuidade e de aproximação entre sujeito e objeto, temporal e espacialmente falando. Mas isso fugiria ao escopo limitado deste texto.

Por agora, fica aqui apenas um adendo tão curioso quanto significativo. Em 1955, uma pesquisa feita entre o público letrado brasileiro escolheu as dez obras mais importantes dentro do mundo das letras nacional. Gilberto Freyre foi escolhido, com *Casa-grande & senzala*, o segundo autor na lista. À sua frente encontrava-se a obra sobre Canudos de Euclides da Cunha (GIUCCI; LARRETA, 2002, p.936-937). Quem sabe isso não tenha relação também, tanto com o esforço coletivo, poucos anos depois, para monumentalização do livro de Gilberto, resultando no extenso volume intitulado *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte. Ensaio sobre o autor de Casagrande & senzala e sua influência na moderna cultura do Brasil, comemorativos do 25º aniversário da publicação desse seu livro*, publicado em 1962, quanto para a postura crítica por ele assumida no texto escrito para o primeiro volume das obras completas do “rival”.

O certo é que mais de quarenta anos passados desde essa primeira pesquisa, outra inquirição é realizada entre quinze renomados intelectuais do país, dispostos a escolher os livros fundamentais para se pensar o Brasil. Se vivo, Gilberto ergueria uma vez mais a taça de vice-campeão, embora não lhe fosse possível erguê-la mais alto que a de Euclides, cujo *Os sertões* foi novamente eleito

“o” livro do Brasil (ABREU, 1998). Para alguns, tais sondagens não têm qualquer significância relevante; para outros elas apenas aguçariam a vaidade de uns poucos autores ou, pelo menos, serviriam para a manutenção do cânone. É óbvio que tais escolhas servem como índice de momentos intelectuais específicos, sendo representativas de determinados contextos históricos, mais pertinentes sobre o momento em que são feitas do que sobre os objetos que tematizam. Mas a constância chama a atenção. Poder-se-ia dizer, por aí, que o século XX foi o século de Euclides, depois do julgamento de Romero, nos primeiros anos do século, até o consenso dos quinze sábios na última década. Já o século XXI se inaugura com o *Casa-grande & senzala* enquanto obra de museu.¹⁷ Freyre, que viveu durante quase todo o século passado, viu, desde sempre, a sombra do mestre se estender pelos terrenos de Apipucos.

Referências bibliográficas

ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1998.

ALVES, Francisco José. D’*Os sertões* como obra historiográfica. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

ARARIPE JR, Tristão de Alencar. Os sertões. *Jornal do Comércio*, março de 1903; republicado em FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do (orgs.). *Juízos críticos. Os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial; Editora da Unesp, 2003.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz. Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. 2ª. edição. São Paulo: Editora 34, 2005.

ATHAYDE, Tristão de. “Política e letras”. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da história da república (ideias, crenças e afirmações)*. Inquerito por escriptores da geração nascida com a república. Rio de Janeiro: Laemmert, 1924.

BÔAS, Gláucia Villas. O tempo da casa grande. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, v. 31, n. 3, 1988.

_____. Iluminista e romântico: o tempo passado em *Os sertões* de Euclides da Cunha. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. V. V (suplemento), 1998.

_____. Casa grande e terra grande, sertões e senzala: duas interpretações do Brasil. *Iberoamericana*, IV, 13, 2004.

CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. *Literatura e sociedade*, São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões (Campanha de Canudos)*. 3ª Edição corregida. Rio de Janeiro – São Paulo: Laemmert & C., 1905.

- CUNHA, Euclides. Discurso de Euclides da Cunha. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Ano II, n. 3, 1911.
- CUNHA, Euclides. Da independência á república (esboço político). *Á margem da história*, 4ª edição. Porto: Livraria Chardon, de Lelo & Irmão, L.da, 1926.
- FERNANDES, Florestan. Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil. *A sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FONSECA, Edson Nery da (org.). *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Artigos reunidos e comentados por Edson Nery da Fonseca. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.
- FONSECA, Edson Nery da. Recepção de Casa-grande & senzala no Recife dos anos 30 e 40. In: KOSMINSKY, Ethel et alli (orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schimidt Ltda., 1933.
- FREYRE, Gilberto. Documentos brasileiros. In: HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raizes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- FREYRE, Gilberto. Introdução. In: CUNHA, Euclides da. *Canudos (Diário de uma expedição)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- FREYRE, Gilberto. *Atualidade de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1941. Disponível no site da Fundação Gilberto Freyre.
- FREYRE, Gilberto. Euclides da Cunha revelador da realidade brasileira. In: CUNHA, Euclides. *Obra completa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editôra, 1966.
- GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. Casa-grande & senzala. História da recepção. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica. Paris: ALLCA XX, 2002.
- GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. *Gilberto Freyre uma biografia cultural. A formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- KOSELLECK, Reinhardt. O futuro passado dos tempos modernos. In: *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário. Razão e imaginário no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota. A construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- MERQUIOR, José Guilherme. Gilberto e depois. *Crítica 1964-1989*. Ensaio sobre arte e literatura. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. São Paulo: Editora Senac, 1999.

NOVAES, José de Campos. Os sertões. Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, 31/1/1903; republicado em FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do (orgs.). *Juízos críticos. Os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial; Editora da Unesp, 2003.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*. De Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Gallimard, 2000.

ROCHA, João Cezar de Castro. Machado de Assis, leitor (autor) da Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro. In: *O exílio do homem cordial*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

ROMÉRO, Sylvio. Euclides da Cunha. *Revista Brasileira de Letras*, Ano III, nº 9 e nº 10, julho e outubro de 1912 (Tomo V).

SANTIAGO, Silviano (coord.). *Intérpretes do Brasil*. 3 Vol. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, V. 1, n.2, 1988.

NOTAS

¹ Todas as citações deste artigo respeitam a sintaxe e a ortografia das fontes consultadas, não tendo havido, portanto, correções ou atualizações.

² Algumas análises já sugeriram como tal distância deve ser relativizada, mostrando de que maneira a dimensão social era uma questão candente, mesmo dentro da “torre de marfim” machadiana, isto é, a Academia Brasileira de Letras tal como sonhada pelo bruxo. Ver, por exemplo, RODRIGUES, 2001; CHALHOUB, 2003; e ROCHA, 2004. Mas interessa aqui, sobretudo, menos problematizar tal concepção do que pensar a forma como Tristão de Athayde, entre outros letrados, enxergava a situação no contexto intelectual da primeira república.

³ A fonte principal da pesquisa da autora é o suplemento *Autores e livros* do jornal carioca *A Manhã*, bem como a revista *Cultura Política*, publicados nos primeiros anos da década de 40. Não custa mencionar que o modernismo paulista elegeu a cidade como objeto estético importante da “realidade brasileira”, e que a sociologia também paulista de um Florestan Fernandes, já na década seguinte, colocará a urbe progressista e industrial como espaço privilegiado para o desenvolvimento da sociologia moderna.

⁴ “Se a crítica literária do Estado Novo insiste em desqualificar sua obra pelo tom de alienação nela contido, é porque Machado fala uma outra linguagem que foge ao código consagrado. Essa linguagem é a subjetividade. Para um projeto que se pretende realista e ‘social’, a subjetividade não tem absolutamente nada a ver. O narrador deve ser invisível para proporcionar ao leitor a impressão da objetividade do relato” (VELLOSO, 1988, p.253).

⁵ “Conferindo papel decisivo à geografia como elemento modelador das diferenças regionais, defendendo o expansionismo territorial e o sertanismo, Euclides se transforma numa espécie de escritor-modelo do Estado Novo” (VELLOSO, 1988, p.258).

⁶ A pertinente expressão *sábio de Apipucos* me veio à mente através da leitura do brilhante livro de Ricardo Benzaquen de Araújo, *Guerra e paz. Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. 2ª. edição. São Paulo: Editora 34, 2005.

⁷ Para uma abordagem rápida sobre o “diálogo crítico com os pensadores brasileiros”, entre os quais Nabuco, Euclides, Roquette-Pinto, Vianna, Bomfim, Capistrano e Nina Rodrigues, ver GIUCCI; LARRETA, 2007, p.463 e ss.

⁸ Ver CUNHA, 1905, p.83-84. A ideia de “divórcio completo das gentes meridionaes”, sobretudo no conflito contra os holandeses, surge ainda em outro texto importante de Euclides, o qual parece ter sido a referência citada *ipsis literis* em *Casa-grande & senzala* (CUNHA, 1926, p.217-218). A primeira edição do livro é de 1909, sendo que o artigo em questão havia sido publicado anteriormente em duas ocasiões: no ano anterior, na revista do IHGB e em uma versão reduzida, em 1901, no *O Estado de São Paulo*.

⁹ Há ainda outra referência que não tive a oportunidade de consultar. Trata-se do artigo “Euclides da Cunha: seu humanismo científico”, publicado em *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1942. A referência aparece em ALVES, 2006, p.191.

¹⁰ A formação da consciência de uma “geração nova” mereceria estudo à parte. Gilberto Freyre demonstra sua sensibilidade sobre isso desde 1924. Em palestra pronunciada na Paraíba, sobre a “mocidade *d’après guerre*”, afirma: “há um espírito ou consciência de geração; e a esse espírito ou consciência sou agudamente sensível” (FREYRE, 1924: consulte a versão eletrônica disponibilizada no site da Fundação Gilberto Freyre). Além disso, não custa retomar a passagem de *Casa-grande & senzala* já conhecida: “era como si tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscegenação” (FREYRE, 1933, p.XII). O tema da geração aparece no livro anteriormente mencionado, *À margem da historia da republica (ideaes, crenças e afirmações)*. Inquerito por escriptores da geração nascida com a republica, mas também, duas décadas depois, no contexto do outro pós-guerra e, talvez, de uma outra geração, nas coletâneas organizadas por Mário Neme, *Plataforma da nova geração. 29 figuras da intelectualidade brasileira prestam o seu depoimento no inquérito promovido por Mário Neme*, de 1945 e por Edgar Cavalheiro, *Testamento de uma geração*, publicada no ano anterior.

¹¹ Até o momento da feitura deste texto, não conhecia o estudo feito sobre tal coleção pelo historiador Fábio Franzini. De todo modo, deixo a referência: FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras. A coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese de doutorado em história. São Paulo: USP, 2006.

¹² Vale lembrar as palavras que Euclides utilizou quando da sua recepção na Academia Brasileira de Letras. Nesta ocasião, significativamente, Euclides estabeleceu a partilha entre o poeta, “soberano no pequeno reino onde entroniza a sua fantasia”, e o “nós” ao qual ele se insere: praticantes de um conhecimento positivo (CUNHA, 1911, p.429-450).

¹³ Segundo o cientista, o texto de Euclides estava repleto de imprecisões escondidas pelos excessos verbais; segundo ele, “a linguagem científica da introdução e de todas as páginas descritivas tomam uns ares rebarbativos, muito diverso do estilo claro, preciso e técnico [...] O nefelibatismo que vai imperando hoje deve exultar perante esse modelo de ciência popular; que sendo por vezes destituída de precisão, afigura-se-nos alguma coisa de superior pelo prestígio indiscutível da forma repleta de imagens que registram, aliás, impressões reais”. O juízo crítico de Novaes se torna ainda mais severo quando, em outro momento, acusa Os sertões de uma “falta absoluta de base científica” (NOVAES apud FACIOLI; NASCIMENTO, 2003, p.114)

¹⁴ Como fica sugerido, por exemplo, em MOTA, 1999; REIS, 1999; SANTIAGO, 2002.

¹⁵ Duas referências teóricas são fundamentais para este argumento: KOSELLECK, 2006 E RICOEUR, 2000. Este último sugere pensarmos o futuro do passado a partir da ideia de “promessas não cumpridas”, ou seja, daquilo que se mostrava dentro do campo do possível mas que, pelos acasos da história, não se concretizou. Dessa maneira, creio ser adequado considerar que a forma pela qual Euclides diferencia os tempos do sertão e do litoral pode ser entendido através dessa noção de não cumprimento de certas “promessas”. Contundente quanto a isso é a frase escrita sobre o sertão: “a História não iria até ali” (CUNHA, 2004, p.567)

¹⁶ Procurei desenvolver com mais vagar este argumento em minha tese de doutorado, *Um estilo de história : a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. Tese de doutorado em história. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

¹⁷ Entre novembro de 2007 e maio de 2008, o Museu da Língua Portuguesa de São Paulo trouxe em exposição a figura eminente do autor de *Casa-grande & senzala*.